

A colônia se vestiu de metrópole

Abertura

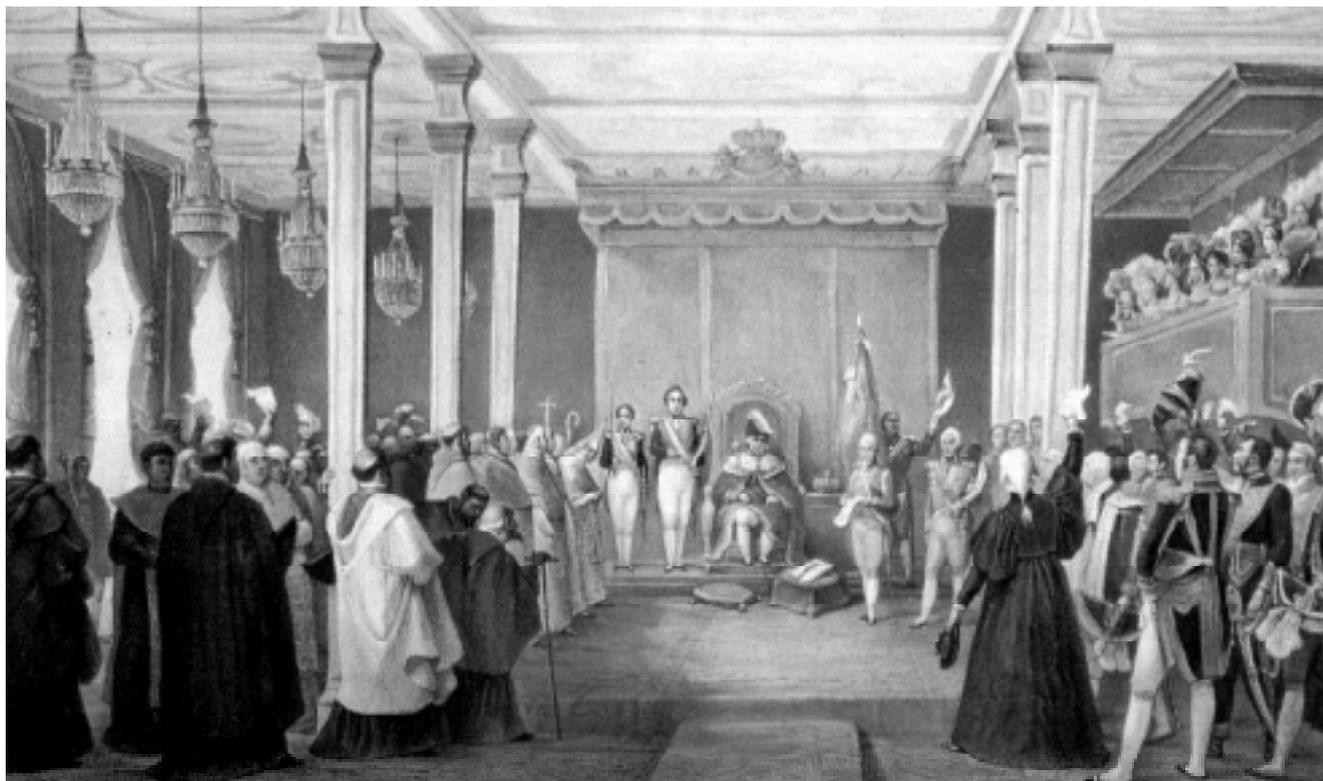
Em 1818, o príncipe regente foi coroado rei de Portugal e recebeu o título de d. João VI. O acontecimento já era esperado desde a morte de dona Maria I, dois anos antes. Até aí, portanto, nada de novo. Foi uma sucessão sem sobressaltos. Mas havia algo de diferente naquela cerimônia.

Ela não se passou em Lisboa, como as demais cerimônias da antiga monarquia portuguesa, mas na **cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte desde a vinda da família real para a América Portuguesa em 1808**.

O que explica o coroamento de um rei em uma terra distante do seu país de origem? E mais – por que a cidade do Rio de Janeiro era agora a sede do vasto império português?

Nesta aula, vamos estudar tudo isso. Veremos as razões da transferência da Corte portuguesa para as terras brasileiras e seu impacto na vida colonial. Depois dessa nova viagem, a história seria muito diferente...

Aclamação
de d. João VI.



No início do nosso curso, estudamos as grandes viagens marítimas europeias dos séculos XV e XVI. Vimos que os portugueses se destacaram naquele momento. Era uma época de desbravamento, de aventura e de busca de mercados e metais.

Estamos agora examinando o significado de uma outra viagem, que resultou em importantes mudanças tanto para Portugal como para a sua colônia americana: a transferência da Corte portuguesa para as terras brasileiras no início do século XIX.

Vejamos como um historiador português, Oliveira Martins, relata os diferentes sentidos dessas duas viagens para a história portuguesa:

Três séculos antes, Portugal embarcara cheio de esperanças e cobiça, para a Índia; em 1807 (...), embarcava em um préstito [procissão] fúnebre para o Brasil. (...) Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terremoto começado pela natureza (...) se tornava um fato consumado (...). Era um afã, como quando há fogo; e não havia nem choro nem imprecações; havia apenas uma desordem surda. Embarcavam promiscuamente, no cais, os criados e os monsenhores, as freiras e os desembargadores (...). Era escuro, nada se via, ninguém se conhecia (...). O príncipe regente e o infante de Espanha chegaram ao cais na carruagem, sós: ninguém dava por eles; cada um cuidava de si, e tratava de escapar. (...) E por fim a rainha, de Queluz, a galope. Parecia que o juízo lhe voltava com a crise. "Mais devagar!", gritava ao cocheiro; "diria que fugimos!" (...) Tudo o mais era vergonha calada, passiva inépcia, confessada fraqueza.

Oliveira Martins, *História de Portugal*, p. 516-517

Oliveira Martins, utilizando-se de uma linguagem vigorosa, procura relatar o segundo embarque como uma **tragédia**, como um **terremoto** que se abateu sob o reino de Portugal. Os portugueses fugiam desesperados da **invasão francesa**, que já estava alcançando Lisboa naquele mês de novembro de 1807. Após intensas negociações, a Corte resolvera partir para sua colônia americana. Em 29 de novembro, os abarrotados navios portugueses partiram de Lisboa, sob a proteção da esquadra britânica.

As condições da viagem foram as piores possíveis. Boris Fausto nos conta que

uma tempestade dividiu a frota; os navios estavam superlotados, daí resultando falta de comida e água; a troca de roupa foi improvisada com cobertas e lençóis fornecidos pela marinha inglesa; para completar, o ataque dos piolhos obrigou as mulheres a raspar o cabelo.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 121

O transtorno que representou aquela viagem durou pouco mais de um mês. Em janeiro do ano seguinte, a Corte chegou a Salvador e, dias depois, partiu para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebida com festas. Mas deixemos de lado o relato da tragédia portuguesa e das festas brasileiras. Vejamos por que tudo isso estava acontecendo.

A Europa estava agitada pela guerra, naqueles primeiros anos do século XIX. As tropas de Napoleão Bonaparte, herdeiras dos princípios da **Revolução Francesa**, ganhavam terreno na luta contra os seus principais inimigos: as monarquias absolutistas da Áustria, Rússia e Prússia e a poderosa Inglaterra, berço da **Revolução Industrial**.

Nesse jogo de gigantes, o Estado português encontrava-se pressionado pelos dois lados: pela França napoleônica, interessada em que a Coroa portuguesa respeitasse o **bloqueio continental** contra a Inglaterra, e pela própria monarquia britânica, tradicional aliada de Portugal, que o pressionava para que mantivesse abertos seus portos aos navios ingleses. A opção portuguesa de não aderir ao bloqueio continental desencadeou a invasão francesa.

A cidade do Rio de Janeiro, que recebeu os “novos visitantes”, estava em franca expansão no início do século XIX. Sua população havia crescido de 30 mil para cerca de 60 mil pessoas entre 1750 e 1808. Mantinha, porém, características de cidade colonial, como nos relata Ilmar Mattos:

Ruas estreitas, escuras e sujas; não havia remoção de lixo, sistemas de esgotos, qualquer noção de higiene pública. As casas eram térreas, em sua maioria ocupadas pelos próprios donos. Obras públicas, somente o passeio público e o aqueduto do Carioca. (...) As mulheres andavam sempre embuçadas [cobertas], sentadas no chão ou sobre esteiras; os homens com um poncho ou um manto, e os nobres com espada à ilharga [na cintura].

Ilmar Mattos, *Tempo saquarema*, p. 30-31

Por mais trágica que fosse a situação portuguesa, a vida continuava. O príncipe regente, d. João, tratou logo de adotar novas medidas que pudessem organizar a vida da Corte na colônia.

Uma das mais importantes foi a abertura dos portos às “nações amigas”. A medida era muito importante por alguns motivos. Primeiro: assegurava rendas ao Tesouro Real, o que era fundamental para fixar o governo na colônia. Segundo: atendia aos objetivos ingleses de abrir o mercado brasileiro aos seus produtos, naqueles anos de bloqueio continental. Terceiro e último: na prática, terminava com o monopólio comercial – um dos principais mecanismos das relações entre a metrópole portuguesa e sua colônia americana até então.

O efeito foi imediato. Apenas naquele ano de 1808, chegaram aos portos brasileiros noventa navios estrangeiros. Vinte anos depois, esse número já havia subido para 315, sendo 195 ingleses (Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, p.18)

A maior presença estrangeira, e especialmente britânica, no comércio brasileiro não foi bem recebida pelos comerciantes portugueses, interessados em preservar antigos privilégios obtidos antes da abertura dos portos. D. João, atendendo aos seus reclamos, assegurou-lhes o monopólio do comércio entre

Bloqueio continental: política francesa que exigia o fechamento dos portos de todas as nações européias aos navios ingleses.

as capitanias e reduziu o imposto de importação dos produtos portugueses quando estes ingressavam nos portos brasileiros.

O **fim do monopólio comercial** agradou em cheio aos produtores coloniais de gêneros para a exportação. A partir daí, haveria maior liberdade na venda de seus produtos, o que poderia significar também melhores preços.

Outra medida liberalizante da administração do príncipe regente foi a revogação dos decretos que proibiam a produção de manufaturados na colônia. Caía por terra, assim, mais uma das restrições impostas pelo pacto colonial.

A historiadora Emília Viotti nos revela que as leis decretadas pelo príncipe regente, embora contribuíssem para liquidar o sistema colonial,

não foram capazes de modificar todo o sistema, e nem mesmo tinham a intenção; daí a persistência de privilégios e monopólios. Permanecia (...) a emperrada máquina administrativa, as inúmeras proibições: proibição de se deslocar livremente, de abrir caminhos, discriminações e privilégios que separavam portugueses e brasileiros, criando animosidade entre eles.

Emília Viotti da Costa, "Introdução ao estudo da emancipação política no Brasil", p. 82)

Em tempo

Com a Corte estabelecida na colônia, a Coroa britânica tratou de defender seus interesses comerciais. Por meio de seu representante no Rio de Janeiro, lorde Strangford, passou a cobrar caro pela proteção que até então dava a Portugal. Strangford propôs um acordo: o império britânico se comprometia a manter a proteção e a continuar reconhecendo a **dinastia de Bragança** como legítima governante de Portugal. Em troca, exigia **privilégios comerciais e políticos**.

Nos tratados firmados em 1810, as exigências britânicas foram atendidas. Os produtos ingleses passariam a receber um tratamento especial: pagariam apenas 15% de tarifa alfandegária. Isso significava uma tarifa mais baixa até do que a imposta aos produtos portugueses quando entravam nos portos brasileiros. Os súditos britânicos protestantes poderiam exercer livremente sua religião. Além disso, a Coroa portuguesa se comprometia a reduzir gradualmente o tráfico intercontinental de escravos para a América Portuguesa.

Esses tratados foram recebidos com muitas reservas por vários setores na colônia, especialmente pelos comerciantes portugueses, que viam seu antigo mercado exclusivo ser rapidamente ocupado pelos produtos britânicos, com a garantia do governo português.

Mas não foi apenas a economia colonial que passou por transformações. A cidade também ganhou nova vida. No porto, a cada dia chegavam novos visitantes. Muitos estavam interessados em negócios naquela América Portuguesa, **longe da guerra europeia e das guerras de independência na América Espanhola**. Outros eram cientistas e artistas que vinham para pesquisar e conhecer as terras brasileiras. Na dinâmica das estreitas ruas da cidade do Rio de Janeiro, a antiga cidade colonial estava se transformando em sede do império português.

A baía de Guanabara.



Em tempo

Se você acompanha os mais recentes acontecimentos no Brasil, essa história de liberalização da economia brasileira não lhe deve soar muito estranha. Desde o início da década de 1990, os governos brasileiros têm adotado uma série de medidas destinadas a abrir a economia brasileira para o exterior. Alguns jornais chegaram a anunciar que estava ocorrendo uma **nova abertura dos portos**. Com a redução das tarifas alfandegárias, os produtos importados puderam entrar bem mais baratos no mercado brasileiro.

Esse fato tem alertado setores do empresariado sobre a importância de modernizar o nosso parque industrial para concorrer em melhores condições com os produtos estrangeiros.

A “nova Lisboa”

A guerra continuava a varrer a Europa no início da segunda década do século XIX. Na América Espanhola cresciam os movimentos autonomistas, especialmente no Vice-Reino do Prata (Paraguai, Uruguai e Argentina).

Na cidade do Rio de Janeiro, a monarquia portuguesa não dava o menor sinal de que em pouco tempo retornaria a Portugal. Ao contrário, a tendência naqueles anos foi transferir e mesmo criar órgãos administrativos que pudessem consolidar a cidade do Rio de Janeiro como **capital do Império português**.

Um importante órgão transferido para a nova sede da Corte foi o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros, responsável pela política externa do império português. Foram criados, naquele momento, o Banco do Brasil, a Biblioteca Real, o Real Horto e as Academias Militar e de Medicina.

A presença da Corte na cidade também impulsionou o surgimento de teatros, academias literárias e artísticas. A vinda da Missão Artística Francesa favoreceu o florescimento das artes plásticas. Um de seus membros, Jean-Baptiste Debret, fixou, em suas aquarelas, diversas cenas do cotidiano da vida brasileira.

Essa movimentação cultural foi acompanhada da criação do primeiro jornal editado na colônia: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Tudo isso permitiu uma maior circulação de idéias. Mas a censura continuava presente.

Cena de rua do Rio de Janeiro, registrada em aquarela de Debret.



Boris Fausto nos conta que a *Gazeta do Rio de Janeiro*

tinha um caráter quase que oficial e estava sujeita, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 127

Como não poderia deixar de ser, a cidade do Rio de Janeiro cresceu bastante, acompanhando todas aquelas mudanças. A população havia duplicado entre a chegada da Corte e o ano de 1819. Dados aproximados nos revelam um aumento de 50 mil a 60 mil pessoas, em 1808, para 100 mil a 120 mil pessoas, em 1820. Tudo isso fazia com que a cidade vivesse um enorme crescimento físico, com a ocupação de locais bastante distantes do centro. O centro político permaneceu na praça composta pelo Paço dos Governadores, pelo Senado da Câmara e por sobrados de famílias importantes.

Esses elementos dinamizadores tomaram ainda maior vulto a partir de 1815, com a elevação da colônia a Reino Unido a Portugal. A sede do novo reino passou a receber delegações estrangeiras e a abrigar grande parte da administração portuguesa. Aos olhos de muitos, o Rio de Janeiro transformava-se em uma cidade portuguesa. Mais do que isso, surgia o que alguns denominavam a “**nova Lisboa**”.



Debret também retratou várias cenas com a família real, como esta em que aparece d. João VI.

Chamar a cidade do Rio de Janeiro de “nova Lisboa” podia não representar grande novidade, pois havia algum tempo ela já era a sede do império português. Mas, exatamente naquele momento, essa denominação poderia estar dizendo uma outra coisa. Vejamos.

Naquele ano de 1815, as tropas napoleônicas haviam sido derrotadas na Europa. As potências vencedoras promoviam uma mudança substancial no mapa europeu. Era, portanto, o momento de a família real retornar a Portugal.

Mas, como vimos, não foi isso o que ocorreu. Por quê? O que estava acontecendo? Uma possível resposta para essa pergunta é simples: a situação portuguesa e européia ainda era instável, e no Reino do Brasil a família real não encontrava maiores problemas. Vejamos uma outra hipótese, bem mais interessante, e que vem sendo, nos últimos tempos, bastante explorada pelos historiadores. O que ocorreu é que a política de d. João produziu muito mais do que uma renovação cultural na cidade do Rio e Janeiro.



O príncipe regente d. João.

O príncipe regente implementou um conjunto de medidas que **fixaram, enraizaram** muitos funcionários e negociantes portugueses na cidade e em regiões próximas. Grandes parcelas de terras foram doadas; títulos de nobreza foram distribuídos. Esses setores, obviamente, não viam com bons olhos o retorno a Portugal, e pressionaram a Coroa portuguesa a permanecer no Rio.

O mesmo ocorria com setores das elites econômicas **interessados em preservar os espaços e privilégios obtidos com a política de liberalização econômica e concessão de créditos e títulos desenvolvida pela Corte**. Assim, na cidade do Rio de Janeiro, formou-se uma aliança de portugueses e brasileiros com interesses comuns no plano econômico e político.

Para todos eles, a permanência da Corte na “nova Lisboa” era um sinal de que a monarquia portuguesa via com bons olhos a criação de um império luso-brasileiro com sede no Rio de Janeiro. Um **império americano**. A coroação de d. João VI na cidade, em 1818, também reforçava essa tendência.

A história, no entanto, não se resumia apenas aos interesses desses grupos sediados no Rio de Janeiro e nas suas proximidades. D. João enfrentaria graves problemas políticos no Nordeste brasileiro e em seu próprio país. As pressões para que a família real retornasse a Portugal ganharam vulto. Era hora de definições.

Pausa

A aliança política entre portugueses e brasileiros foi assim descrita por Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque:

A política joanina propiciava (...) a formação de um poderoso bloco de interesses no Rio de Janeiro – interesses econômicos, financeiros, políticos e sociais. E seria justamente esse bloco que apoiaria a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Era esse bloco de interesses que sustentava a idéia de um Império Americano.

Ilmar Mattos e Luiz Affonso de Albuquerque, *Independência ou morte*, p.34

Que interesses econômicos e políticos uniam portugueses e brasileiros no Rio de Janeiro? Explique sua resposta.

Como vimos, a nova viagem trouxe muitas modificações para a América Portuguesa. Alguns setores beneficiados pela política joanina trataram de dar corpo a um projeto inteiramente original na América: a criação de um **império luso-brasileiro**, com sede definitiva no Rio de Janeiro.

Últimas palavras



Essa proposta era radicalmente contrária àquelas que animavam a luta de independência na América Espanhola. Lá, o objetivo era romper com a metrópole e instaurar preferencialmente o regime republicano.

Na próxima aula, vamos estudar como se processou a ruptura política na América Espanhola e como foi criado não um império luso-brasileiro, sob as ordens de d. João VI, mas o **Império do Brasil**, comandado pelo príncipe português d. Pedro.

Vista do Rio de Janeiro.



Jean-Baptiste Debret

Exercício 1

Releia o item **Uma nova viagem** e identifique as principais conseqüências da abertura dos portos promovida por d. João VI em 1808.

Exercício 2

Releia o item **A “nova Lisboa”** e justifique a seguinte afirmativa contida no texto: “Aos olhos de muitos, o Rio de Janeiro transformava-se em uma cidade portuguesa”.